

A relação entre Função Sintética do Espírito e Conhecimento de Si a partir de Vico

(1) *Harley Juliano Mantovani*

(2) *Prof. Dr. Humberto Ap. de Oliveira Guido¹*

Na filosofia de Giambattista Vico, é tamanha a inerência entre idéias e símbolos, que podemos dizer que o pensamento é não apenas a união destes, mas também que é formado em bases lingüísticas pré-dadas, sejam mentais, sejam orais. Isto significa que devemos estar cientes que uma análise sobre o “conhecimento de si” (consciência) deve ter como sustentação e pressuposto uma análise sobre a linguagem. Por esta razão, veremos que é a linguagem o fator unificador da espécie humana, pois, apesar da diversidade de línguas, Vico constatou a existência de um vocabulário mental comum a todos os povos gentios, já que todos eles formularam provérbios semelhantes. Neste sentido, a linguagem como unidade sintética da variedade de culturas só é possível por ela ser uma criação da humanidade. Ou seja, a humanidade – enquanto ela mesma é formada historicamente pela mentalidade comum que está nela implícita - assegura-nos a compreensão unificadora.

Deste modo, segundo Isaiah Berlin, “(...) o uso e estrutura de uma linguagem devem ter necessariamente uma conexão ‘orgânica’ com determinados tipos de estrutura social e política, de religião, de direito, de vida econômica, de moralidade. (...)” (1982, p.57) Porque tudo isto constitui criação humana, logo, estas estruturas são perpassadas por uma uniformidade mental, são o desdobramento deste organismo humano em uma relação intersubjetiva – relação primeira entre os homens e entre eles e a natureza – que se manifesta no próprio ato criativo. Portanto, o objeto criado é mental e material² E quanto menos matéria que não depende da nossa criação for exigida em sua composição, mais verdadeiro ele será para os limites da capacidade criativa humana que, comparativamente à criação divina, é apenas “combinação”³ Por este motivo, são verdadeiras as criações dos homens necessárias à expressão da sociável natureza humana, como por exemplo, a linguagem, a literatura, as leis, as relações e instituições sociais, a cultura, enfim, tudo o que consiste no mundo civil





relação e elaboram esta vivência, de tal forma que nesta expressão podemos encontrar uma identidade mental. E como fósseis da história do homem, as mitologias nos fornecem a concretude da mentalidade daqueles que as criaram.

É relevante notarmos que apesar do raciocínio embotado pelos sentidos, demonstrando uma ausência de abstração mental, o homem primevo, para conhecer, já fazia uso, não de forma consciente mas naturalmente, da supracitada capacidade de síntese pela semelhança, compondo poeticamente as fábulas e os mitos, tomados como “universais fantásticos”⁵ Um grande exemplo dessa capacidade, neste caso, da mente poética, que não apenas sintetizou toda a multiplicidade natural numa subjetivação humana, como também, e por isto, identificou ficção e realidade de tal modo que se tornaram indiscerníveis, é a fábula de Júpiter; “a maior de todas as fábulas”, como nos diz Vico. Pois, “tais homens tudo quanto viam imaginavam e até mesmo eles próprios faziam, acreditaram ser Júpiter. E a todo o universo de que se aperceberam assim como a todas as partes desse mesmo universo concederam o caráter entitativo de substância animada.” (VICO, op. cit., pp.79-80)

Considerando a uniformidade de idéias constatada por Vico entre os povos primitivos e isolados uns dos outros, os mitos são parte do que ele chamou “vocabulário mental”, pois todos esses povos tiveram os seus Júpiteres. Enquanto universal fantástico, Júpiter foi, para aquele homem cuja mente era significada corporalmente tamanha a sua imersão nos sentidos, a identidade universal e o criador de todas as coisas; logo, o unificador de toda a multiplicidade a partir de uma substancialização fictícia da natureza, a qual sente “paixões e afetos” e é a voz de Júpiter falando por sinais aos homens.

Todavia, na qualidade de mito, o próprio Júpiter foi uma criação dessa mente poética devido ao sentimento de necessidade de preservação da própria vida, sentimento este que foi a primeira forma de pensamento humano: uma certa cognição de algo divino que pudesse salvar os homens primitivos largados ao desamparo da natureza. E essa preservação da vida e ultrapassamento da barbárie primeira rumo à efetivação da natureza humana, que é a sociabilidade, só foi possível pela coerção de uma autoridade absoluta extensiva a todo o gênero humano que não parecesse fruto da vontade dos homens. Quanto a isto, segundo Isaiah Berlin: “Os

homens primitivos estavam submetidos a regras mais rígidas que as das sociedades avançadas, e somente podiam avançar se elas não lhes parecessem ter sido feitas por eles mesmos, mas fossem objetivas e absolutas, e estivessem dotadas da autoridade de alguma vasta sanção externa (...) Da mesma forma, eles anseiam ter leis e, assim, inventam entidades objetivas chamadas direito, justiça e vontade divina, para manter e preservar sua forma de vida.” (op. cit., p.66) De uma certa forma, é o senso comum da razão humana que os conduz à sociabilização.

Dessas entidades objetivas, a principal é a linguagem, não só a oral, mas também a muda e a hieroglífica, a intersubjetiva e a mental; abrangendo a totalidade das formas de expressão humana, como sendo as fábulas, os mitos, a literatura, as artes, as leis, a linguagem, enfim, os feitos humanos em geral. Portanto, é enquanto produto de mentes heróicas forjadas em uma forma poética

de linguagem que devemos ver Júpiter como uma espécie de “sujeito transcendental” – e não transcendente –, que simbolizou a negação da consciência do homem primevo, o que em parte explica as suas ações não deliberadas e imaginativas, ao invés de conscientes, uma vez que Júpiter foi posto por esse homem fora de si mesmo, equivocadamente.

Com isto podemos deduzir que as modificações mentais que levaram os homens do estágio de barbárie à civilização racional foram marcadas pela conscientização da transformação de Júpiter – exterior e distinto – em consciência transcendental. Em outros termos, este é o caminho da racionalidade: a “transformação” de um Júpiter subjetivo na própria subjetividade, ou seja, a interiorização da consciência, e não mais a sua negação. Assim, descobre-se a existência de um domínio transcendental da razão humana, no qual ela pensa puramente. Lembramos que, assim como acontecia em seu “estágio primitivo”, no qual ela se identificava com Júpiter, a consciência intencional, enquanto doadora original de sentido, continua sendo o fator de síntese da multiplicidade sensível, bem como a garantia da objetividade científica como intersubjetividade transcendental resultante do ato no qual ela visa a si mesma, ou reduz-se ao Eu transcendental.

Dartigues nos confirma que o homem, ao conhecer a si mesmo, conhece, de certa forma, a essência do humano, posto que “o transcendentalismo da fenomenologia consiste, dissemos, em fazer a exegese de si mesmo (*selbstauslegung*), isto é, em mostrar como toda

verdade formulada se enraíza na vida primitiva da consciência. Ora, o Si de que aqui se trata não é um sujeito particular; ele designa a subjetividade humana em sua essência (...) Neste sentido, Husserl admite que a História não é senão a realização na infinidade do tempo desta reflexão sobre si pela qual o homem procura descobrir seu próprio sentido.” (1992, pp.90-91). Dito de outro modo, a motivação oculta da História é a intencionalidade ou o sentido que a consciência dá a si mesma e ao mundo, caracterizando o homem como um sujeito-agente e objetivando a compreensão da manifestação concreta e espiritual da sociabilidade humana, a saber, seu mundo social e cultural.

Portanto, a função sintética do espírito é o próprio “si”; logo, é por meio das condições em que o homem adquire o verdadeiro conhecimento, como sujeito agente e consciente das suas ações, manifestando a si mesmo em suas criações, que ele pode se reconhecer e reconhecer outrem como “si” deixando, entre o seu legado para os seus sucessores, a possibilidade da compreensão histórica e imaginativa. Neste sentido, uma certa geração é sempre o resultado da que lhe precedeu. E se for feita a pergunta pela universalidade aqui implícita, diremos que em todos os momentos se trata do homem, da razão humana, desde a barbárie dos sentidos até o raciocínio abstrato.

Bibliografia

- BERLIN, I. *Vico e Herder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- DARTIGUES, A. *O que é fenomenologia?* São Paulo: Editora Moraes. 1992.
- GILES, T. R. *História do Existencialismo e da Fenomenologia*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1975.
- HUSSERL, E. *Os Pensadores*. Vol. XLI. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- REMAUD, O. Vico et le Cartesianisme. In: *Les Âmes*. Vol. 13. Paris: Les Belles Lettres, 1999.
- VICO, G. *Princípios de uma Ciência Nova*. Vol. XX. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

NOTAS

¹ (1) Acadêmico do Curso de Filosofia da UFU e bolsista do CNPq, (2) orientador da pesquisa com apoio do NEFIH, DEFIL e Grupo de Estudo da Filosofia social de G. Vico.

² O que em certo grau se assemelha à oposição noumeno e fenômeno feita por Kant. Este propõe que na medida em que faço uso do meu aparelho representacional modifico o objeto, o qual deixa de ser em-si e passa a ser fenômeno. Concernente à filosofia de Vico, isto pode ser acrescentado na justificação viquiana da obscuridade do mundo natural, uma vez que não temos acesso ao objeto-em-si, mas tão somente ao fenômeno ou factum como ponto de partida para a ciência; o que lhe dota de uma importância epistemológica essencial na filosofia de Vico. E segundo o princípio do verum-factum, nos conduz ao conhecimento verdadeiro. (Grifo nosso).

³ Quanto a esta capacidade de combinação Olivier Remaud diz que: “Dans la mesure où le vrai humain imite la productivité divine, il ne peut certes pas engendrer au même titre, mais il peut combiner. Or, combiner, c’est aussi se donner les moyens de produire des formes.” (1999, p.91)

⁴ Podemos entender melhor isto, lançando mão do princípio viquiano do verum-factum, o qual, a grosso modo, sintetizamos aqui. Este princípio diz que a verdade e o fato ou o verdadeiro e o feito se equivalem e um pode ser convertido no outro; ou seja, trata-se da passagem da percepção do certum para a compreensão do verum, de uma autoridade compartilhada pelo senso comum para a ciência. Neste sentido, a conversão do feito em verdade, converge para uma identidade pessoal do sujeito enquanto “ativo”, tornando possível e constituindo o conhecimento. Enquanto ele se reconhece em seu ato criativo, o sujeito produz ciência. Isto forçamos derivarmos deste princípio um caráter existencialista implícito na obra de Vico, dizendo que o sujeito não se reconhece, não possui identidade, ele leva uma vida angustiante - sem propósitos e sentido - se ele não faz uso, ou não efetiva a potencialidade criativa do espírito.

⁵ Uma vez que os poetas teólogos não foram capazes de formar os gêneros inteligíveis das coisas, de abstrai-los pelo raciocínio, eles formaram os gêneros fantásticos, que correspondem às fábulas, e consistem na identificação, por parte dos poetas teólogos, de uma significação unívoca na qual diferentes espécies e indivíduos se conformem e são agrupados, “(como Aquiles, uma idéia de valor, comum a todos os fortes; ou Ulisses, uma idéia de prudência, comum a todos os sábios)” (VICO, 1974, p.90) Ou seja, os poetas teólogos tomaram os sujeitos, ficticiamente, como universais fantásticos aos quais se podiam reduzir espécies e indivíduos que contivessem semelhanças entre si. Desta forma, para Vico, “Homero não era um indivíduo; os povos da Grécia eram, eles mesmos, Homero;

ele é a imaginação criativa e poética de todos os gregos."(Cf. Isaiah Berlin, op. cit., p.61) (Grifo nosso).